

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Brasil gasta cada vez mais energia para crescer	2
Título: Vilões da conta de luz na mira do governo	4

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Brasil gasta cada vez mais energia para crescer	2
Título: Vilões da conta de luz na mira do governo	4
Título: Lembrai-vos de FH	6
Título: Dois desenhos	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Alta de royalties de mineração pode ser revertida via decreto presidencial	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Sem caixa, Estados tentam vender ações de estatais	7

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Brasil gasta cada vez mais energia para crescer**

Intensidade energética aumentou no país, na contramão do mundo

Enquanto o mundo está usando cada vez menos energia para produzir bens e serviços, o Brasil está ampliando o consumo para gerar o mesmo crescimento econômico. Dados da Agência Internacional de Energia (AIE) mostram que a chamada intensidade energética — medida pela energia usada para produzir um dólar de PIB — caiu, em 2016, 1,8% em termos globais. No Brasil, onde vem crescendo ao menos desde 2013, esse indicador subiu cerca de 2% no ano passado.

Não há consenso sobre as razões que explicam por que o país está na contramão. Especialistas apontam desde a recessão até falhas de planejamento e falta de uma política de eficiência energética consistente, que englobe de modernização de infraestrutura a programas para redução de desperdício.

Os números da AIE, que constam do relatório "Energy Efficiency 2017", levam em conta a energia primária, ou seja, não apenas a geração de eletricidade, mas também a lenha ainda usada em lares brasileiros e o combustível de carros e caminhões, por exemplo. No momento em que o Brasil discute o aumento na conta de luz, devido ao maior uso de termelétricas, e que os holofotes globais estão voltados para a COP-23, conferência do clima que acontece em Bonn, Alemanha, até 17 de novembro, pesquisadores da área de energia afirmam ser fundamental levantar a discussão sobre o uso racional dos recursos energéticos.

GANHOS DE PRODUTIVIDADE

Na China, a intensidade energética caiu 5,2% em 2016. Nos EUA, a queda foi de 2,9% e, na União Europeia (UE), de 1,3%. Segundo os dados da AIE, ao crescer consumindo proporcionalmente menos energia, esses países se tornaram também mais produtivos. Nos cálculos da agência, o bônus de produtividade decorrentes da maior eficiência energética em 2016 foi de US\$ 1,1 trilhão na China, US\$ 532 bilhões nos EUA e US\$ 260 bilhões na UE. No mundo, foram US\$ 2 trilhões. O Brasil sequer aparece nessa lista.

Para Gilberto Jannuzzi, pesquisador da Unicamp, a maior parte dos países que está conseguindo reduzir sua intensidade energética são aqueles que vêm

adotando medidas mais rígidas para cumprir metas de redução de emissões de carbono. Ele atribui a perda de eficiência no Brasil a diversos fatores: — Entre as causas estruturais, estão o uso de tecnologias obsoletas, a falta de uma política de eficiência energética que leve a uma frequente renovação de equipamentos ineficientes (como ar-condicionado), além dos escassos investimentos em modernização de rodovias e mobilidade urbana, que levam os carros a consumirem mais combustível em congestionamentos — afirma Jannuzzi.

INFLUÊNCIA DA RECESSÃO

Entre os fatores conjunturais, acrescenta o pesquisador, está a recessão, que torna ineficiente a produção, especialmente na indústria. Um alto-forno não pode ser desligado mesmo que a produção de aço caia, pois, quando a economia melhorar, ele precisará estar a todo vapor. Além disso, a recessão empurra para informalidade negócios que deixam de ser contabilizados no PIB, mas mantêm a pressão sobre o consumo de energia.

Para José Goldemberg, um dos maiores especialistas em energia do país e atual presidente da Fapesp, o crescimento da intensidade energética no Brasil está relacionado à falta de planejamento, que levou ao aumento do uso de termelétricas em anos secos. Segundo ele, o país vinha reduzindo o uso de energia na produção de bens e serviços desde a década de 1970, mas viu essa curva se inverter recentemente: — Nos anos de 1980 e 1990, a água contida nos reservatórios das hidrelétricas durava dois anos. Hoje, dura seis meses. Isso é reflexo de um planejamento ruim. Quando não chove, temos que usar termelétricas, que além de mais caras e poluentes, são menos eficientes. Há mais gasto de energia primária.

Roberto Schaeffer, professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, avalia que os dados da AIE não guardam relação com a eficiência no uso da energia e considera inadequada a comparação entre países, pois as matrizes energéticas são diferentes, bem como os perfis de suas economias. — Um país que produz lap-top usa menos energia e gera mais PIB que um país que produz minério de ferro, cujo valor no mercado é menor que o de um computador e que demanda mais energia para ser produzido. Isso não diz nada sobre a eficiência energética de um país. É uma questão de eficiência econômica.

Jannuzzi reconhece que a comparação internacional não é perfeita. Afirmar, porém, que a estrutura econômica de um país é uma das dimensões da eficiência energética, ao lado da eficiência técnica e do estilo de vida da população. O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco), Alexandre Moana, concorda. Ele ressalta ainda a necessidade de se criar uma certificação para a indústria, a exemplo do

selo Procel, que já existe para equipamentos e edificações. A associação está trabalhando numa metodologia.

— A ideia é criarmos mecanismos de incentivo para adesão a esse selo, como a exigência dessa certificação para a inclusão em cadastro de fornecedores.

O diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, Carlos Alexandre Príncipe Pires, afirma que o governo "está atento à criação de instrumentos que facilitem a eficiência energética na indústria"! Quanto aos dados da AIE, ele avalia que o fator principal que explica a situação brasileira é a recessão.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Glauce Cavalcanti

Título: Vilões da conta de luz na mira do governo

Ar-condicionado e refrigerador que gastam muito vão sair do mercado

Aparelhos de ar condicionado, refrigeradores e congeladores que consomem muita energia vão sair do mercado. **O Ministério de Minas e Energia (MME)** colocou em consulta pública um conjunto de regras e metas estabelecendo novos níveis de eficiência energética desses equipamentos. A proposta é suspender a produção, importação e venda dos produtos menos eficientes de forma escalonada.

O ajuste está em linha com a Política de Eficiência Energética da pasta. E foca nos produtos vistos como vilões na conta de luz. No ano passado, o consumo de energia elétrica das residências no país bateu 29% do consumo total. Aparelhos de ar condicionado, refrigeradores e congeladores equivaleram a 60% dessa fatia, segundo o MME. — A penetração do ar-condicionado nos lares do país mudou muito nos últimos dez anos, tendo agora um peso muito grande no consumo. Investir em eficiência energética é a política menos custosa para enfrentar o desafio deste momento de escassez de água e quase racionamento de energia — destaca Luciano Losekann, professor da Faculdade de Economia da UFF.

EFEITO DE MEDIO A LONGO PRAZO

Na prática, no caso dos condicionadores de ar de janela ou split, as metas propostas vão tirar do mercado os aparelhos que atualmente se encaixam nas classes C e D, as duas últimas, em duas etapas consecutivas, segundo a classificação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia do Inmetro.

Com isso, o ar-condicionado do tipo janela terá, numa primeira etapa, que ter um coeficiente de eficiência energética maior ou igual a 2,48, atual corte para a classe C. Para os equipamentos do tipo split, o coeficiente será de 2,81. Após a publicação da nova norma, a fabricação e importação desses equipamentos será suspensa em seis meses; a venda por fabricantes e importadores, em 12 meses; e a venda no comércio, em 18 meses.

A segunda etapa aperta ainda mais a exigência de eficiência mínima. No caso dos condicionadores de ar de janela, sobe para maior ou igual a 2,65, equivalente a atual classe B da etiqueta do Inmetro; no caso dos splits, para 3,02. Os prazos para encerrar produção, venda por fabricantes e venda pelo comércio, contudo, são maiores do que na primeira etapa: 12, 18 e 24 meses, respectivamente.

— A Lei de Eficiência Energética se propunha a fechar um limite mínimo para a etiqueta do Inmetro. A classe E, para condicionadores de ar, já saiu de produção. Não significa que, agora, após nova revisão dos níveis exigidos, as categorias C e D deixarão de existir. Será preciso rediscutir a dispersão dos produtos em novas faixas A, B, C e D, adequando a classificação ao novo patamar. Ou, talvez, passar a trabalhar com uma linha de corte com base na eficiência exigida — destaca Leonardo Rocha, pesquisador tecnologista do Inmetro.

MUDANÇA ESCALONADA

A proposta do MME para os refrigeradores e congeladores é similar, propondo a retirada do mercado dos aparelhos que hoje se encaixam nas classes D e E da etiqueta do Inmetro.

— A consulta é para tornar os critérios de eficiência energética mais rígidos, endereçando essa questão para a indústria. Faz sentido tirar o que consome mais energia do mercado. Mas é feito de forma escalonada, porque exige também investimento nas fábricas. E, num momento de economia em crise, é difícil obrigar o investimento — observa Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ.

Luiz Pingueli Rosa, professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, destaca que a ação é importante, mas tem efeito apenas em longo prazo: — A solução para o setor de energia é reduzir o consumo. E também investir em eficiência energética, mas o efeito em programas como esse é de médio a longo prazo. Os aparelhos que consomem mais energia já estão instalados e funcionando.

Para Rocha, do Inmetro, ter os aparelhos em operação atualmente não invalida a proposta, que está em consulta até o dia 27: — Todos esses aparelhos têm uma vida útil e, em alguns anos, serão substituídos. Mesmo considerando que, ao trocar seu refrigerador menos eficiente por outro mais eficiente, uma pessoa doe o antigo para alguém, quem recebe também fará o mesmo. É um processo em cadeia.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Lembrai-vos de FH

O ex-presidente da Eletrobras, José Luiz Alquéres, teme que, a partir de maio de 2018, às vésperas da eleição, o Brasil enfrente uma ameaça de racionamento de energia, mesmo acionando a rede de termoeletricas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: COM JULIANA BRAGA, BRUNO GÓES E CLARISSA STYCKER

Título: Dois desenhos

Lauro Jardim

Em sua negociação para ficar com a Braskem, a holandesa LyondellBasell topa vários tipos de negócio: pode levar apenas a parte da Odebrecht e ficar sócia da **petrobras** ou comprar as participações da empreiteira e da estatal.

US\$ 5 bilhões

Coordenada pelo Santander, esquentou a venda da malha de gasodutos da **petrobras** ligando Macaé ao Nordeste. O fundo australiano Macquarie acena com US\$ 5 bilhões para entrar na briga pelo ativo, que já tem Itaúsa e Brookfield como interessadas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Alta de royalties de mineração pode ser revertida via decreto presidencial

Mercado Aberto

Na tramitação das novas regras para o setor de mineração no Congresso, a alíquota de royalties do minério de ferro foi elevada de 2% para 4%, mas ainda há uma chance de a porcentagem cair, via decreto presidencial.

Há três medidas provisórias cujos prazos acabam no dia 28. A discussão está centrada na que trata da compensação financeira. No texto original, enviado pelo governo, a taxa iria flutuar entre 2% (que é a atual) e 4,5%, de acordo com cotações internacionais. No formato mais recente da proposta de lei, passou a ser 4%, sem escalonamento. Isso, no entanto, pode mudar, diz Ricardo Marques, diretor da KPMG.

"Abriu-se margem para que, via decreto da presidência, o governo possa reduzir a alíquota para 2% para empresas que demonstrem que a mina tem baixa concentração de minério e que a escala de produção é pequena."

Não está claro como será o critério para a classificação de produtividade de jazidas. Associações do setor têm expressado descontentamento com as novas normas. Para o Ibram, instituto do setor, as medidas provocarão um "brutal" aumento de custos e a perda de atratividade para investimentos.

As propostas também foram classificadas como muito ruins por Fabio Schvartsman, presidente da Vale. Em conferência, disse que a empresa perderá competitividade para companhias de países próximos à China. Para não...O ministério da Saúde anunciou que vai incorporar o remédio Memantina, usado no tratamento do Alzheimer, na rede pública em até 180 dias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira Fernanda Guimarães Altamiro Silva Junior

Título: Sem caixa, Estados tentam vender ações de estatais

Pelo menos três Estados já contrataram bancos para fazer oferta na Bolsa; governos vão usar dinheiro para reduzir dívida e para investimento

Sem dinheiro em caixa e uma estrutura inchada para bancar, os Estados têm lançado mão de uma série de iniciativas para aumentar as receitas. Uma delas é a venda de parte das ações das estatais na Bolsa de Valores, sem perder o controle acionário da empresa. Pelo menos, três Estados já demonstram interesse em seguir esse caminho e contrataram bancos para fazer a oferta: o Rio Grande do Sul quer vender ações do Banrisul; o Paraná, da empresa de saneamento Sanepar; e Goiás, da companhia de água e esgoto Saneago.

A medida é uma alternativa à privatização, cujo processo é mais longo, burocrático e polêmico. Com o dinheiro arrecadado, os governos estaduais vão reforçar o caixa, melhorar o perfil da dívida e fazer investimentos em infraestrutura. Na avaliação de economistas, a iniciativa é um paliativo para tentar estancar a grave crise fiscal que boa parte dos Estados enfrenta. Nos últimos anos, com a bonança da economia e receitas em alta, os governos estaduais entraram numa rota perigosa de aumento da dívida e avanço das despesas com pessoal. Com a recessão econômica e queda na arrecadação, as finanças estaduais entraram no vermelho e muitos governos ficaram sem dinheiro até para pagar o funcionalismo público, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Na semana passada, a administração gaúcha entregou uma proposta de pré-acordo de recuperação fiscal para o governo federal. O documento prevê a venda de três companhias estaduais: a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Sul Gás e Companhia Riograndense de Mineração (CRM). O Banrisul ficou fora dessa lista, pois o governo quer vender 49% de suas ações com direito a voto na Bolsa. O dinheiro obtido na operação será usado no reequilíbrio das finanças do Estado. “É melhor do que não fazer nada, mas está longe de ser uma solução para o problema”, afirma o professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Para ele, o melhor é privatizar tudo que puder e reduzir a estrutura, como o que vai ocorrer com a estatal federal **eletrobrás**. Nesse caso, o governo vai vender o controle da empresa.

No Estado do Paraná, o governo está avaliando todos os ativos para definir que rumo tomar. “Podemos vender ações de estatais e investir em outros ativos, como rodovia e habitação”, exemplificou o secretário da Fazenda do Estado, Mauro Ricardo Costa. No ano passado, o governo paranaense já vendeu ações da Sanepar. “Em 2016, emitimos novas ações e vendemos ações existentes da empresa”, afirma o secretário. Segundo ele, só a venda de participação do governo rendeu ao cofre estadual R\$ 1,2 bilhão. Ele evitou falar da nova operação de venda de ações da Sanepar por estar em período de silêncio. Mas destacou que os recursos devem ser usados em investimentos na área de infraestrutura e habitação. O secretário disse que o Estado também pode adotar a venda de ações em outras estatais, como é o caso da companhia elétrica Copel. No passado, o governo já havia decidido colocar uma parte dos papéis à venda, mas resolveu esperar o cenário melhorar.

“O valor de mercado da empresa está abaixo do valor patrimonial, portanto, este não é o momento de vender.” Em Goiás, o governo decidiu por uma oferta primária de ações da Saneago. O objetivo é fazer uma capitalização de R\$ 1 bilhão, o que colocará 25% das ações em circulação no mercado. Assim, o

Estado ficará com 75% de participação na estatal. O diretor de relações com investidores, regulação, novos negócios e governança, Elie Chidiac, afirma que os recursos serão usados para execução de projetos de universalização dos serviços da companhia e para reestruturação da dívida. Além dos três Estados, Pernambuco também avalia a venda de ações de estatais. O presidente da Companhia Pernambucana de Gás (Copergás), Roberto Fontelles, diz que o governo aguarda a conclusão de estudos para definir sobre o assunto.

Venda de imóveis também está nos planos dos governos

Além da venda de ações das estatais, os Estados também têm criado outros mecanismos para levantar um dinheiro extra. Em Minas Gerais, outro Estado em grave crise fiscal, o governo criou um fundo de ativos imobiliários, que ainda será regulamentado. Mas, de forma geral, a posse dos imóveis do Estado passará para esse fundo. Os investidores vão pagar uma quantia ao governo estadual, que continuará usando o imóvel, mas pagando um aluguel. No Paraná, a ideia é vender alguns ativos. Cerca de 60 imóveis poderão ser negociados, o que representaria uma receita em torno de R\$ 150 milhões, afirma o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa. O Programa de Desmobilização de Ativos de Goiás também prevê a venda de imóveis do Estado./ R.P.

MME / ASCOM .